



LEI MUNICIPAL Nº 1.683, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025

INSTITUI AS DIRETRIZES DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL E SEUS INSTRUMENTOS DE GESTÃO, E ESTABELECE NORMAS PARA A PROTEÇÃO ANIMAL NO MUNICÍPIO DE NOVA RUSSAS - CE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS/CE, Sr. José Anderson Pedrosa Magalhães, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E CONCEITUAIS

TÍTULO I DA INSTITUIÇÃO E DO ESCOPO

Art. 1º. Ficam instituídas as diretrizes de Proteção e Bem-Estar Animal no âmbito do Município de Nova Russas/CE, visando resguardar os animais contra quaisquer condutas lesivas à sua integridade física e mental.

Art. 2º. A promoção do Bem-Estar Animal é dever de todos — do tutor, bem como de todas as pessoas, famílias e empresas — competindo ao Município assegurar as condições indispensáveis ao pleno exercício dos direitos dos animais, garantindo-lhes vida digna e especial proteção.

Art. 3º. O órgão gestor responsável pelo desenvolvimento das políticas públicas de proteção animal, pela fiscalização e pela execução desta Lei será a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SMADE) ou órgão equivalente, com o apoio das demais Secretarias e órgãos municipais, em especial as secretarias de Saúde e Educação.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E DA SENCIENTIA

Art. 4º. Todas as ações da Política Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal serão desenvolvidas com base nos seguintes princípios, que refletem a ética, o respeito e a valorização da dignidade e da diversidade da vida:

- I – Reconhecimento da Senciência: os animais são seres sencientes, sujeitos de direitos, que nascem iguais perante a vida e são capazes de sentir dor, angústia, prazer e felicidade;
- II – Integralidade: a assistência ao bem-estar animal deve ser contínua, integrada e articulada, abrangendo ações preventivas e curativas em todos os níveis de complexidade;
- III – Universalidade e igualdade: os animais devem ter assegurado o acesso às ações e serviços de bem-estar sem discriminação, preconceitos ou privilégios;
- IV – Respeito Integral: repúdio a qualquer forma de exploração, maus-tratos ou conduta que comprometa a integridade física, psíquica ou o bem-estar do animal;



- V – Guarda Responsável: reconhecimento de que o abandono configura ato cruel, degradante e incompatível com o dever de proteção;
- VI – Participação Comunitária e Democrática: as ações de proteção animal devem ser desenvolvidas de forma colaborativa entre o Município e a comunidade, garantindo participação social na defesa dos interesses ambientais.

Art. 5º. É vedado ao homem, enquanto espécie animal, atribuir-se o direito de exterminar os outros animais ou explorá-los violando seus direitos, devendo colocar sua consciência a serviço dos animais.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS E DIRETRIZES

Art. 6º. Constituem objetivos básicos da Política Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal:

- I – promover a melhoria da qualidade do meio ambiente e das condições de saúde, segurança e bem-estar público;
- II – assegurar e promover a prevenção, a redução e a eliminação das causas de sofrimento físico e mental dos animais;
- III – buscar o equilíbrio da população animal, reduzindo os índices de abandono e de maus-tratos, de modo a prevenir agravos à saúde pública e danos ao meio ambiente;
- IV – instituir o Sistema Municipal de Identificação e Cadastramento de Animais;
- V – fomentar ações de incentivo à adoção responsável de animais abandonados, por meio de campanhas permanentes;
- VI – estabelecer mecanismos de controle, coerção e fiscalização das ações dos cidadãos em relação aos seus animais;
- VII – incentivar o estudo, a pesquisa e o desenvolvimento de técnicas alternativas que assegurem a proteção e evitem o sofrimento animal.

Art. 7º. A presente Lei observará as seguintes diretrizes:

- I – Controle Populacional: adoção de medidas permanentes de esterilização e castração (Controle de Natalidade de Cães e Gatos), com prioridade para animais abandonados, acolhidos por ONGs e protetores independentes, bem como aqueles sob responsabilidade de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica;
- II – Resgate e Recuperação: incentivo ao resgate, à recuperação e ao tratamento de animais abandonados ou vítimas de maus-tratos, crueldade ou quaisquer situações de risco;
- III – Educação Ambiental e Humanitária: desenvolvimento de ações educativas voltadas à fauna, promovendo a conscientização da sociedade sobre a guarda responsável e o respeito aos animais;
- IV – Fiscalização e Coerção: implementação de ações de mapeamento, prevenção e combate à crueldade, ao tráfico e à venda ilegal de animais silvestres, bem como repressão a práticas de maus-tratos contra animais domésticos;
- V – Saúde Pública: manutenção de programas permanentes de controle de zoonoses, incluindo vacinação – especialmente a antirrábica – e monitoramento da reprodução de cães e gatos;



VI – Cuidadores Comunitários: promoção e valorização dos cuidadores comunitários, incentivando a instalação de abrigos, comedouros e bebedouros para animais comunitários, desde que não comprometam o trânsito de pedestres.

CAPÍTULO III DAS OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E PROTEÇÃO ESPECÍFICA

TÍTULO I DAS OBRIGAÇÕES DOS PROPRIETÁRIOS E TUTORES

Art. 8º. É dever de todo proprietário ou tutor de animais assegurar-lhes condições adequadas de bem-estar, saúde, higiene, alojamento e alimentação, de acordo com suas necessidades morfofisiológicas.

- I – Garantias Essenciais: assegurar condições adequadas de bem-estar, higiene, acesso ao sol, área coberta e protegida de intempéries, água potável disponível e alimentação de qualidade, em quantidade suficiente;
- II – Saúde e Profilaxia: manter atualizado o cartão de vacinação — incluindo a vacina antirrábica anual —, o controle de parasitoses e providenciar assistência médico-veterinária sempre que necessário;
- III – Identificação e Controle Reprodutivo: promover a identificação permanente dos animais (por coleira, placa, microchip ou equivalente), bem como realizar o controle reprodutivo mediante esterilização e assegurar a destinação responsável dos filhotes;
- IV – Segurança e Higiene: recolher as fezes dos animais em vias públicas e mantê-los em local seguro, de forma a impedir fugas e a evitar riscos ou agressões a terceiros;
- V – Acesso à Fiscalização: permitir o acesso dos agentes do órgão municipal de fiscalização, quando no exercício de suas funções, às dependências onde os animais são mantidos, para verificação de denúncias de maus-tratos ou de condições inadequadas de alojamento.

Art. 9º. O abandono de animal em área pública ou privada, sob quaisquer circunstâncias ou idade, constitui ato cruel e degradante.

Parágrafo único. O tutor que não mais puder ou não mais desejar manter o animal sob sua responsabilidade deverá adotar as providências necessárias para a transferência segura e responsável da tutela.

TÍTULO II DAS PRÁTICAS CONSIDERADAS MAUS-TRATOS E VEDAÇÕES

Art. 10. Considera-se maus-tratos, abuso ou crueldade toda ação ou omissão, dolosa ou culposa, que cause dor, angústia ou sofrimento aos animais, ou que deixe de atender às suas necessidades naturais e básicas.

- I – Abandono e Privação: abandonar o animal ou privá-lo de água, alimento, ambiente adequado (asseio, ventilação, luz natural), descanso ou espaço suficiente para movimentação;



- II – Violência Física e Psicológica: praticar atos que lesionem a integridade física ou mental dos animais, incluindo envenenamento, tortura ou qualquer forma de agressão;
- III – Trabalho Excessivo e Inadequado: submeter animais a esforços excessivos, superiores à sua capacidade, ou a atividades incompatíveis com as características da espécie;
- IV – Lutas e Exibições Cruéis: realizar ou promover lutas entre animais, rinhas de galo, touradas ou utilizar animais em espetáculos, circos ou eventos que configurem maus-tratos;
- V – Sacrifício Cruel: deixar de assegurar morte rápida e indolor quando o abate for necessário, utilizando métodos cruéis como marretadas, perfurações ou quaisquer procedimentos não reconhecidos pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV);
- VI – Experimentação e Testes: realizar experimentos dolorosos ou cruéis em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem métodos alternativos disponíveis, sendo proibida a experimentação animal em laboratórios de produtos cosméticos;
- VII – Fauna Silvestre: perseguir, caçar, capturar ou coletar espécimes da fauna silvestre sem permissão da autoridade competente.

Art. 11. Fica proibida a criação e manutenção de animais ungulados — tais como bovinos, equinos e suínos — no perímetro urbano do Município.

TÍTULO III DA PROTEÇÃO À SAÚDE E ZONÓSES

Art. 12. O Município manterá programas permanentes de controle de zoonoses, por meio de ações de vacinação e controle reprodutivo de cães e gatos.

§ 1º. É vedada a prática de sacrifício de cães e gatos por métodos cruéis, tais como câmaras de descompressão, câmaras de gás, eletrochoque ou qualquer outro procedimento que cause dor, estresse ou sofrimento.

§ 2º. A eutanásia, quando estritamente necessária — em casos de doenças infectocontagiosas que representem risco à saúde pública ou em situações clínicas graves e irreversíveis — deverá ser realizada exclusivamente por Médico Veterinário, mediante utilização de substância que assegure a insensibilização e a inconscientização prévia antes da parada cardíaca e respiratória do animal.

CAPÍTULO IV DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO E DO PLANO MUNICIPAL

Art. 13. Fica instituído o Plano de Ações de Proteção e Bem-Estar Animal (PAPBEA) como instrumento de gestão e planejamento da Política Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal, devendo ser elaborado e revisado de forma participativa.

§ 1º. O conteúdo detalhado do PAPBEA, incluindo metas, programas, projetos específicos, listagem de infrações e diretrizes complementares para sua execução, será aprovado e atualizado por Decreto do Poder Executivo Municipal.



§ 2º. O PAPBEA deverá ser revisto periodicamente, em ciclo não superior a 4 (quatro) anos.

Art. 14. Para a execução do PAPBEA, ficam autorizados a criação e o funcionamento das seguintes estruturas:

I – Plano de Ações de Proteção e Bem-Estar Animal (PAPBEA): instrumento estratégico da Política Municipal;

II – Conselho Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal (COMBEPA): órgão colegiado, de caráter consultivo, de assessoramento e deliberativo, com composição paritária entre o Poder Público e a Sociedade Civil Organizada.

Art. 15. Os recursos destinados à implementação do PAPBEA serão provenientes, entre outras fontes, de dotações orçamentárias específicas, doações, auxílios e, especialmente, da aplicação das multas e penalidades previstas nesta Lei.

Art. 16. O Município poderá firmar convênios e parcerias com entidades de proteção animal, universidades, empresas públicas e privadas, com o objetivo de assegurar a execução, a fiscalização do cumprimento desta Lei e o desenvolvimento de ações, incluindo mutirões de castração.

CAPÍTULO V DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 17. Constitui infração toda ação ou omissão que importe na inobservância dos preceitos estabelecidos nesta Lei e de seus regulamentos.

Art. 18. Sem prejuízo da obrigação de o infrator reparar integralmente o dano causado, bem como da aplicação das sanções civis e penais cabíveis, inclusive aquelas previstas na Lei Federal nº 9.605/1998, as infrações a esta Lei serão punidas, isolada ou cumulativamente, com as seguintes sanções administrativas:

- I – advertência por escrito;
- II – multa simples e/ou multa diária, cujos valores e gradações (leve, média, grave e gravíssima) serão definidos em Decreto regulamentador;
- III – apreensão e resgate do(s) animal(is);
- IV – perda da guarda do animal;
- V – interdição temporária ou definitiva do estabelecimento (canil, gatil, pet shop ou congêneres);
- VI – suspensão ou cassação da Licença de Funcionamento ou Alvará;
- VII – proibição de adotar animais, nos casos de condenação pela prática de crime de maus-tratos, mediante decisão transitada em julgado.

§ 1º. Na aplicação das penalidades, serão considerados a gravidade do fato, as circunstâncias atenuantes e agravantes, inclusive a reincidência, os antecedentes e a capacidade econômica do infrator.



§ 2º. As multas aplicadas poderão ser convertidas em obrigações de executar medidas de interesse para a proteção ambiental e o bem-estar animal, como a doação de insumos, equipamentos ou a prestação de serviços destinados às ações de controle ambiental e proteção animal.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos orçamentários suplementares, se necessários, para o regular cumprimento desta Lei, observadas as normas pertinentes à execução orçamentária e financeira.

Art. 20. Esta Lei deverá ser amplamente divulgada, cabendo ao órgão gestor de Meio Ambiente promover ações e programas permanentes de educação continuada voltados à conscientização da população sobre a guarda responsável de animais domésticos e a proteção do bem-estar animal.

Art. 21. Os casos omissos nesta Lei serão resolvidos pelo órgão gestor competente, ouvido o Conselho Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal (COMBEPA), quando necessário.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO DA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS, Estado do Ceará, aos
19 de dezembro de 2025.**

JOSE ANDERSON PEDROSA
MAGALHAES:05210870405

Digitally signed by JOSE ANDERSON PEDROSA
MAGALHAES:05210870405
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=Certificado Digital PF A3, ou=Presencial,
qq=4564620020149, ou=ICP-Signatário Múltiplo, cn=JOSE ANDERSON
PEDROSA MAGALHAES:05210870405
Date: 2025.12.19 17:30:19 -03'00'

JOSÉ ANDERSON PEDROSA MAGALHÃES
PREFEITO MUNICIPAL